

A hora do Congresso

Por falta de um esforço sério de ajuste interno, o Brasil está perdendo a oportunidade de promover o ajuste externo indispensável à criação de um horizonte de estabilidade. Pior ainda, sem dispor de um programa econômico minimamente consistente, o País volta a falar em moratória como se fosse ela um ato heróico a que se recorreria quando se esgotarem outras alternativas. Moratória não é remédio para os problemas do País, mas efeito. Chegaremos a ela, como ocorreu no passado, por absoluta escassez de divisas, isto é, por falta de capacidade de pagar. Moratória, portanto, é uma fatalidade, não um instrumento de administração de dívidas.

Outros países, como o México, já obtiveram redução sensível da dívida externa, recriando as condições para o crescimento interno. Mas a redução é um prêmio que se obtém, no curso de um programa econômico coerente, em troca da demonstração de que a parte remanescente da dívida será paga. Se não há um programa econômico, há em seu lugar a incerteza quanto à eficácia da redução. Esta é a questão que deve ser encarada com realismo não com o discurso eleitoral da moratória.

A esta altura, tal o estado de prostração que se verifica na área econômica do Governo, dificilmente se chegará a um programa susceptível de conduzir a comunidade credora a acreditar na sua

execução. Mas o Congresso poderá fazê-lo, porque tem poderes constitucionais para isso, tem responsabilidade política, tem capacidade técnica e, sobretudo, tem ainda um ano e meio de mandato. É claro que, originariamente, esta não é a sua função. Mas é do seu dever impedir que esta crise permaneça, e se agrave pela ausência de esforços sérios destinados a contê-la.

O Congresso dispõe de alguns dos melhores talentos do País, inclusive os que melhor conviveram com esta fase crítica de formação da crise econômica. Porque não reuni-los, acima dos partidos, para que produzam um programa que seja ao mesmo tempo confiável internacionalmente, politicamente viável no País e aceitável pelas equipes técnicas dos principais candidatos a presidente? Elas próprias poderiam participar da formulação das idéias básicas desse programa de emergência. O Congresso só lhe daria *status* legal, de modo a imprimi-lhe confiabilidade, assim possibilitando os acertos internos e externos de que se necessita com urgência.

Este é um dos caminhos. A Nação tem de seguir imediatamente um caminho, porque o purismo monetarista que está aí, na ausência de qualquer incursão séria pelos domínios concretos da economia, nos levará a uma ruptura social antes que o próximo governo possa assumir e começar a trabalhar.